

NEM 13, NEM 15

Aldemario Araujo Castro

Mestre em Direito

Procurador da Fazenda Nacional

Professor da Universidade Católica de Brasília

Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (pela OAB/DF)

Site: <http://www.aldemario.adv.br>

Brasília, 13 de março de 2015

Convites não faltaram para a participação nas manifestações marcadas para os dias 13 e 15 de março.

Não estarei em nenhuma delas. Explico.

Particpei, com maior ou menor intensidade, das grandes mobilizações nacionais das últimas décadas (diretas, *impeachment* de Collor, junho de 2013, etc). Em todas elas existia um virtual consenso no sentido de que se buscava o avanço da democracia e a criação de melhores condições para a realização dos interesses populares.

As movimentações do dia 13 de março estão voltadas, direta ou indiretamente, para apoiar o (des)governo da Senhora Dilma Roussef. Dilma, seu PT e agregados (especialmente o PMDB) representam os interesses das (verdadeiras) elites socioeconômicas brasileiras (latifundiários, banqueiros, especuladores e grandes empresários). Maquiavel já dizia, no famoso livro “O Príncipe”, quando os grandes não conseguem governar com um dos seus (Aécio, por exemplo), governam com um do povo (Lula-Dilma). Em longos anos de governo, o PT sequer arranhou os pilares fundamentais de sustentação de uma das sociedades mais desiguais do mundo (embora seja a sétima ou oitava em produção de riquezas). Com Lula/Dilma/PT/PMDB: a) a estrutura agrária, majoritariamente latifundiária e retrógrada, permaneceu intocada; b) houve a criação e o aumento vertiginoso do bolsa-empresário no âmbito

do BNDES; c) manteve-se o sistema da dívida pública de mais de 4 trilhões de reais que consome mais de 40% do orçamento anual da União no respectivo serviço; d) preservou-se o tripé macroeconômico: câmbio flutuante-metas de inflação-superávit primário, base para extorsivas e artificiais taxas de juros; e) alimentou-se um sistema tributário profundamente injusto; f) a enorme concentração de mídia persiste; g) foi “prestigiado” o modelo político-eleitoral que amplia o conservadorismo e a corrupção, em especial a partir do bilionário financiamento de campanhas eleitorais por grandes empresas; h) constata-se um aumento da violência epidêmica, com destaque para aquela promovida pelas forças de segurança militarizadas em relação aos jovens negros e pobres das periferias das grandes cidades e i) observa-se um contínuo ataque retrógrado aos direitos humanos, notadamente aqueles relacionados com a comunidade LGBT e às mulheres.

Dilma, conta, de forma minoritária, com o apoio de setores políticos historicamente mais ligados às causas populares. Pelas origens políticas e sociais, os governos Lula-Dilma implementaram políticas assistencialistas e limitados “ganhos” sociais. Esses “ganhos” estão fundados num ambiente externo favorável, relativa estabilidade da moeda e profundo endividamento das famílias (pagando os maiores juros do mundo). Nesse cenário, com ciclo já esgotado, permaneceram e permanecem intocados os interesses das (verdadeiras) elites (repeto: latifundiários, banqueiros, especuladores e grandes empresários).

Para completar a revolta em relação aos governos Lula-Dilma, todos assistem boquiabertos aos maiores escândalos de corrupção da história brasileira (“nunca antes na história deste país ...”), envolvendo, por enquanto, a PETROBRÁS (“Petrolão”) e, logo ali na esquina, o BNDES. O “mensalão” já virou um “troco” ... As relações promíscuas começaram no financiamento eleitoral realizado por poderosos grupos econômicos, notadamente empreiteiras e bancos. Veja este emblemático dado: *“PT, PMDB e PSDB, as três maiores legendas do País, receberam pelo menos R\$ 1 bilhão de empresas entre os anos de 2009 e 2012, o que equivale a quase 2/3 de suas receitas, em média.”* (Estadão, 23 de fevereiro de 2014). Alguém é suficientemente ingênuo ou desinformado para acreditar que os maiores grupos empresariais e os maiores empresários brasileiros financiam generosamente (com

bilhões de reais) projetos políticos contra seus interesses e em benefício dos menos favorecidos?

Impõe-se combater, com intensidade, o governo Dilma Roussef e o que ele representa (em suma: a viabilização dos mais mesquinhos interesses das elites socioeconômicas, a traição dos legítimos interesses populares e a ampliação dos esquemas de corrupção e malversação da “coisa” pública). Assim, não dá para “engrossar o caldo” do dia 13.

As manifestações do dia 15 de março foram convocadas originariamente por setores golpistas e reacionários. As bandeiras iniciais foram o *impeachment* (solução institucional válida, mas posta de forma precipitada e inconsequente) e a "intervenção militar" (expressão eufemística para um "golpe" contra as instituições democráticas). Também não dá para “aumentar o barulho” do dia 15.

Ocorre que a rápida deterioração dos cenários político e econômico nos três primeiros meses de 2015 estimulou expressivos setores das classes médias "tradicionais" a participar dos protestos do dia 15 de março. Esses últimos segmentos não são necessariamente reacionários ou golpistas. Eles, em sua maioria, verbalizam e reagem contra um governo que é o seu algoz mediato e imediato (com aumento de tarifas públicas, desemprego, inflação, redução de direitos, etc). Assim, o dia 15 “surgiu” como a “oportunidade” para protestar. A síntese da movimentação das classes médias “tradicionais” está retratada nesse registro publicado pelo jornal Correio Braziliense no dia 24 de outubro de 2014: *"votoi em Lula a partir de 1989 por prometer eliminar a pobreza, com educação pública de qualidade. Vinte e cinco anos depois, vimos que preferiu ser o pai dos pobres, a mãe dos ricos e o padrasto da classe média - Mauro Evangelista - Brazlândia"*.

Consciente, ou inconscientemente, as classes médias “tradicionais” identificam que são os principais financiadores, pela via da tributação, dos escândalos de corrupção e dos vários mecanismos de transferência de renda para os segmentos mais necessitados (bolsa-família, programas habitacionais,

aposentadoria rural, etc). A "conta" deveria ser paga pelas (verdadeiras) elites (mais uma vez: latifundiários, banqueiros, especuladores e grandes empresários). Entretanto, essas setores sabem defender seus interesses e o aumento das suas rendas (de sua "fatia no bolo"). Sobra, literalmente sobra, para as classes médias "tradicionais" e para o conjunto dos trabalhadores.

Identifico uma dificuldade enorme na atuação política dos setores democráticos mais consequentes (contrários ao governo Dilma/PT/PMDB e aos setores golpistas/reacionários). Esses segmentos não conseguiram influenciar e galvanizar a justa insatisfação das classes médias "tradicionais" e populares. Uma das "falhas" decorre da ausência de uma bandeira clara e direta.

Talvez a "reforma política popular e democrática" pudesse preencher esse vazio. Reforma política que viabilizasse, entre outras mudanças profundas, a revogação de mandatos (solução apropriada para o caso da Presidente Dilma, que claramente traiu o programa de campanha), o fim do financiamento das campanhas eleitorais por empresas, limites espartanos de gastos nas disputas eleitorais com financiamento público, o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais e o fim da reeleição.

A mobilização e a pressão políticas de significativos segmentos sociais são salutares e fundamentais. As mudanças profundas no panorama socioeconômico brasileiro, voltadas para o atendimento dos legítimos interesses democráticos e populares, somente serão viáveis por esse caminho (não existem "salvadores da Pátria"). Nessa dura e longa caminhada é absolutamente crucial identificar o rumo a ser seguido. Afinal, *"não existe vento favorável à quem não sabe onde deseja ir"* (Schopenhauer).